

Sarney admite que eleições em 88 são irreversíveis

Brasília — Luiz Antônio

Villas-Bôas Corrêa

BRASÍLIA — “A eleição em 88 é irreversível. Nenhuma Constituinte, nenhum Congresso vota contra o povo e o povo quer eleições”. A afirmação, dita sem nenhum ênfase, sem trair qualquer emoção, mas com uma carga transparente de convicção, pousada em certeza é repetida várias vezes, ao longo da conversa, por um presidente José Sarney surpreendentemente bem-humorado, parecendo rejuvenescido até no jeito mais desembaraçado de caminhar, na pele tostada pelo sol de fim de semana do sítio de São José de Pericumã, nos quilos a menos e em toda uma fisionomia relaxada.

Sarney não está fornecendo receitas para candidatos e nem recomendando o que considera o melhor. Apenas transmite as suas observações de político experiente e de um posto privilegiado de análise: a campanha eleitoral está nas ruas. Já e já os candidatos serão oficialmente lançados pelas convenções partidárias. É natural que os presidenciáveis sejam tocados pela urgência, criando o fato consumado antes que a decisão da Comissão de Sistematização fixando eleições presidenciais no ano que vem chegue ao plenário da Constituinte para a votação definitiva.

Mas se a eleição é uma certeza, a avaliação do presidente Sarney pode por considerar provável, por assim dizer certa, a derrota do parlamentarismo no plenário. A visão do presidente enxerga eleições em 1988, com presidencialismo.

Cinco anos — Para o presidente, continua não merecendo a qualificação de um erro político o famoso discurso em rede nacional de rádio e televisão decidindo pelo mandato de cinco anos. As explicações são longas, minuciosas e categóricas. Em primeiro lugar, não foi ele quem optou por um mandato de cinco anos, mas as lideranças da finada Aliança Democrática.

O deputado Ulysses Guimarães e o ministro Aureliano Chaves, convocados por ele, acordaram que eleições em 1988 seriam desaconselháveis. Por muitas e sabidas razões:

pela simultaneidade com eleições para prefeito, municipalizando o pleito, em cima de grave crise econômica, no começo do exercício de mandato dos governadores. Sarney concordou com Ulysses e Aureliano e, no pronunciamento interpretado como um murro na mesa, assumiu a responsabilidade de definir o próprio mandato em cinco anos.

Ainda agora entende que a medida foi acertada e produziu os resultados pretendidos. O governo ganhou um prazo para projetar seus esquemas e, no plano internacional, foram restabelecidas as condições para o encaminhamento da renegociação da dívida externa. Portanto, funcionou.

Parece, entretanto, que o PMDB não entendeu nada. A estratégia combinada com a direção do partido foi maliciosamente apresentada como um sinal de ambição menor do presidente por desfrutar de um mandato de cinco anos. Sarney afirma que nunca se preocupou com o seu problema pessoal, jamais cultivou ambições. Na Constituinte, na batalha pela definição do mandato na Comissão de Sistematização, não quiseram compreender a sua posição de coerente recusa em barganhar mandato pela aceitação do parlamentarismo. Não estava fazendo um jogo para ele. Mas pensando na transição que lhe cabe conduzir. Tanto que recebeu sem um gesto de irritação, mas até com alívio, a decisão por eleições em 1988.

O seu dever está claro, nitidamente demarcado. Com a consciência em paz, não cultiva ansiedades por um erro que não foi seu. Agora, cumpre-lhe enfrentar as dificuldades e buscar viabilizar a realização de eleições o ano que vem.

Sarney prevê embaraços mais ou menos notórios. E esclarece o que considera o seu papel no processo. Com as eleições em 1988 são irreversíveis, não teria sentido esperar uma virada no plenário. O presidente da transição não renuncia ao dever de influir para que a Constituinte aprove uma Constituição ajustada às necessidades do país, corrigindo erros e excessos da Comissão de Sistematização.



Sarney disse que agora só quer concluir transição

A próxima batalha no plenário

Na parte política, apenas uma preocupação: derrubar o parlamentarismo no plenário. O que não deve ser difícil. Sarney espera uma grande, crescente mobilização popular, a articulação dos interessados (a campanha está nas ruas) e o reconhecimento realístico de que seria insustentável a realização de eleição direta ano que vem para presidente da República no sistema parlamentarista. O povo não aceitaria, impondo a revisão da Constituição e a volta do presidencialismo. O parlamentarismo começou a ser derrotado domingo, com a decisão de eleições em 1988.

A derrota do mandato presidencial de cinco anos de certa maneira restabeleceu as condições para que o presidente realize o seu projeto político, frustrado quando da reforma ministerial, de libertar o governo dos partidos.

É o que Sarney reafirma: o governo cumprirá o restante do manda-

to sem subordinação a partidos que não existem, com absoluta liberdade de ação. Com a Constituinte, a negociação prosseguirá através dos canais de rotina, com a liderança do governo. Daqui por diante, se não pretender resvalar para o nível inferior das retaliações, espera do governo, dos ministérios aos escalões de chefia, solidariedade e obediência.

E avança uma frase enérgica de advertência: quem não cumprir suas ordens, será demitido. O governo necessita de eficiência administrativa e não tem por que deter-se em constrangimentos políticos. Não se trata de reforma ministerial ou de vassourada no segundo escalão. Mas de reclamar disciplina, competência e honestidade. O governo mudou ou, pelo menos, ganhou mais rigidez, mais severidade. Precisa recuperar o terreno perdido, afirmar uma boa imagem no crepúsculo do mandato. De quatro anos.

O encontro dos derrotados

O presidente Sarney pede para não confundir demissões pelas justas razões de irregularidades apuradas com a mesquinha da retaliação. Da parte do presidente, não há nem o ânimo nem a instrução para punir os que votaram pelos quatro anos de mandato. O episódio está absorvido e o governo se volta para cumprir o que a Constituinte decidir.

Sarney desfaz, com o mais prepotente dos desmentidos, a versão de uma conversa áspera com o deputado Ulysses Guimarães no último domingo. Ao contrário: o diálogo foi o mais cordial possível, entre dois igualmente derrotados. Ulysses parecia acabrunhado, abatido com a rejeição dos cinco anos de mandato e preocupado com as dificuldades eleitorais do PMDB na campanha de 1988. Estava tenso e amargurado com discussão telefônica à tarde com o deputado José Serra, que tentou explicar-lhe a mudança de voto. Ulysses rejeitou justificativas.

No domingo, falou por telefone várias vezes com Sarney. Esteve no Palácio da Alvorada, sendo levado pelo presidente até o carro, à despedida. Estava muito calado, triste e com o rosto avermelhado. Quando soube pelo ministro Renato Archer do problema cardíaco de Ulysses, Sarney telefonou duas vezes a sua mulher, dona Mora, e falou com o próprio presidente da Constituinte por mais de dez minutos.

Na linha dos esclarecimentos, Sarney desmente que pretenda propor à Constituinte a realização de eleições gerais em 1988. Só se empenhará pela manutenção do presidencialismo. Não cultiva ilusões quanto a grandes projetos administrativos no último ano de mandato.

Sereno, descontraído, aliviado de um peso, se permite à solenidade da declaração que espera “a justiça da história”. Presidiu um difícil período, em meio a crises e dificuldades. Confiava que cumpriria o dever do presidente da transição.

Governadores do Sul criticam constituintes

CURITIBA — Os três governadores dos estados do Sul, — Álvaro Dias (PR); Pedro Simon (RS) e Pedro Ivo (SC) — criticaram, em Curitiba, a Comissão de Sistematização da Constituinte por ter aprovado o sistema parlamentarista de governo e defenderam eleições gerais para o próximo ano.

— Se existe descrença em relação ao governo Sarney, existe também descrença em relação aos políticos e aos partidos. Então vamos realizar eleições em todos os níveis no próximo ano — afirmou o governador Álvaro Dias.

Para o governador Pedro Simon, a adoção do sistema parlamentarista a partir do próximo ano traria instabilidade política. “O lançamento de

eleições agora com o parlamentarismo poderia, inclusive, atropelar a adoção definitiva deste sistema de governo.” Embora seja parlamentarista convicto, Simon acha que o parlamentarismo será derrotado “porque os candidatos à Presidência que se apresentaram até agora são presidencialistas e vão pressionar os constituintes”.

O governador Álvaro Dias, afirmou que “o parlamentarismo nos levaria à instabilidade e à ingovernabilidade”. Ele defendeu eleições gerais, assinalando que “seria um golpe os políticos atuais permanecerem em seus cargos no regime parlamentarista”. Dias também é parlamentarista, mas acha que o sistema não deve vigorar no próximo governo.

Tasso quer manutenção dos 4 anos

FORTALEZA — O governador Tasso Jereissati desaconselhou qualquer tentativa, do PMDB ou do PFL, no sentido de modificar, no plenário da Constituinte, a decisão da Comissão de Sistematização que reduziu para quatro anos o mandato do presidente José Sarney. “O plenário deve é ratificar o que foi decidido, porque os quatro anos representam a vontade da opinião pública”, declarou.

Tasso, que é amigo do presidente Sarney e defendeu o mandato de cinco anos, disse que “agora não tem mais jeito: temos de aceitar o veredito da Sistematização porque ele está sintonizado com a vontade popular, segundo apuraram todas as pesquisas”.

Presidencialista, o governador do Ceará advertiu que, se o sistema parlamentarista for ratificado pelo plenário da constituinte, “obrigatoriamente teremos de promover eleições gerais em todo os níveis”.